



REFORMA TRIBUTARIA E SANEAMENTO

Brasília, 19 de junho de 2024

 **abcon sindcon**

A ABCON SINDCON

Fundada em 1996

13 Holdings + 130
concessionárias associadas

86% dos municípios
operados pelo setor privado

94% da população atendida
por operadores privados de
água e esgoto no Brasil

Missão

- Viabilizar as condições para que o setor privado seja protagonista na universalização do saneamento básico no Brasil.
- Atuar na representação de interesses do setor.
- Construir pontes com os principais integrantes do setor.

O que defendemos

Articulação institucional, com embasamento técnico robusto e transparência, em prol da concorrência e segurança jurídica para a expansão dos serviços públicos de água e esgoto.

Reforma tributária e saneamento como viabilizar a universalização?



15%

dos brasileiros NÃO têm
acesso à abastecimento
de água



44%

dos brasileiros NÃO têm
seu esgoto coletado.



48%

do esgoto gerado
NÃO é tratado



74%

dos brasileiros
que NÃO têm
acesso à coleta
de esgoto
têm rendimento
mensal ABAIXO
DE UM SALÁRIO-
MÍNIMO.

R\$ **893**
bilhões

R\$ 893 bilhões é o volume
de investimentos
necessários para alcançar
a universalização

Por que Saneamento importa?



Saneamento é saúde

R\$ 25 bilhões

será a economia total com a melhoria das condições de saúde da população até 2040 devido à universalização.

Para cada US\$ 1 investido em saneamento, a Organização Mundial da Saúde estima um retorno de quase seis vezes, considerando os menores custos de saúde, aumento da produtividade e um número menor de mortes prematuras.

A falta de serviços de saneamento tem relação com a incidência de doenças de veiculação hídrica e respiratórias. Tais doenças geram custos à sociedade por provocarem afastamentos do trabalho e despesas com saúde.

Aumentar a tributação do setor impacta a própria despesa pública em saúde.

Fonte: Instituto Trata Brasil.

Saneamento é economia

R\$ 1,4 trilhão

será o ganho no PIB do Brasil até 2033 a partir dos investimentos necessários para a universalização.

Estima-se que o setor de saneamento irá criar R\$ 1,5 milhão postos de trabalho diretos e indiretos até 2033 com os investimentos para a universalização.

Os investimentos em saneamento básico possuem grande potencial para estimular a economia brasileira devido à extensa capilaridade da cadeia produtiva do setor e da característica perene e local dos investimentos.

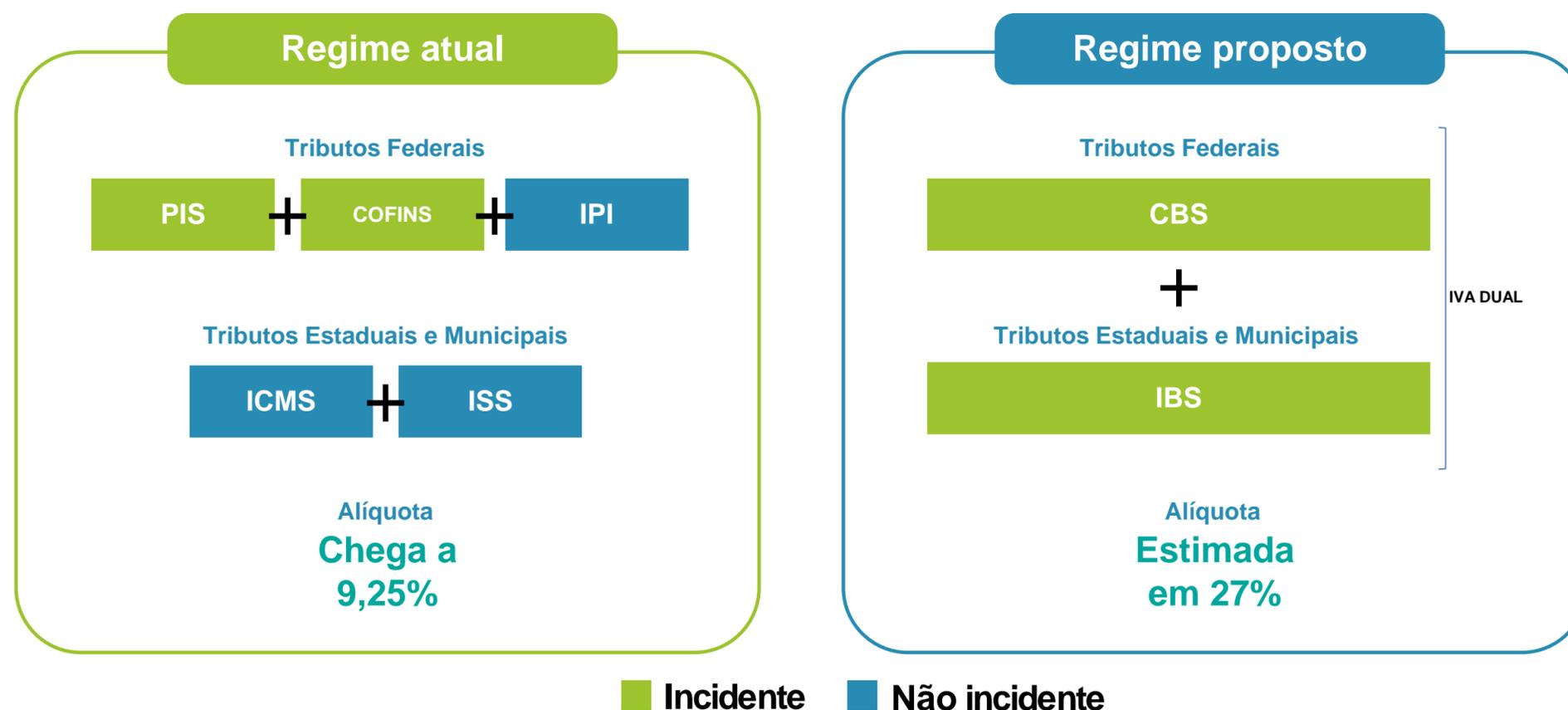
Atrasar os investimentos significa adiar a universalização e os seus ganhos.

Fonte: ABCON SINDCON.

A falta de saneamento é responsável por quase 130 mil internações ao ano.

Impacto da Reforma no setor

- Atualmente, o setor de saneamento é contribuinte apenas do PIS/COFINS.
- Os custos (CAPEX e OPEX) do setor incorporam a cumulatividade do ISS e do ICMS embutidos nos preços dos insumos, mercadorias e serviços utilizados.
- Com a reforma, a alíquota do setor salta de 9,25% (PIS/COFINS) para alíquota estimada de 26,5% (IBS/ CBS).



- Conforme estimativa da **GO Associados**, a carga tributária efetiva (PIS/COFINS + resíduos tributários) incidente sobre o setor de saneamento **atualmente é de 9,74% sobre a receita bruta.**

Impacto da Reforma no setor

Econômico:

Estudo desenvolvido pela Pezco Consultoria, por meio de modelo de Equilíbrio Geral Computável – modelagem próxima à utilizada pelo IPEA nas análises para a reestruturação do Sistema Tributário Nacional - mostra que **em todos os cenários analisados com diferentes alíquotas (de 25% a 29%) o setor de saneamento tem perda de PIB.**



Tarifa e investimentos:

Conforme estimativa da GO Associados, a **carga tributária efetiva** (PIS/COFINS + resíduos tributários) incidente sobre o setor de saneamento atualmente é de **9,74% sobre a receita bruta***.



* Considerando uma alíquota de referência de 27%.

Desafios Regulatórios

Diferente de outros segmentos regulados de infraestrutura, como o setor elétrico e de telecomunicações, o saneamento possui mais e 90 agências reguladoras, muitas com limitações de recursos técnicos, financeiros e humanos frente à complexidade dos temas regulatórios.

O setor de saneamento é regulado por mais de

90 agências reguladoras

As alterações previstas na Reforma Tributária impactarão cerca de 3,8 mil contratos entre o poder público e os operadores públicos e privados do setor.

3,8 mil

Contratos serão impactados pela reforma no setor

Tal situação eleva a insegurança jurídica e econômico-financeira para as concessionárias de saneamento, que dependerão de entendimentos e procedimentos distintos instituídos pelas entidades reguladores infranacionais.

PROPOSTAS RELEVANTES



Proposta não
contemplada no
PLP 68/2024

1. Diferimento previsto para os contratos firmados com os entes públicos

Manter o regramento de **Diferimento** da tributação para o momento do efetivo recebimento do caixa no caso de Receitas cuja contrapartida seja ativo financeiro no caso de contratantes serem empresas públicas, sociedades de economia mista e suas subsidiárias.

PROPOSTAS RELEVANTES

! O PLP 68/2024
atende
parcialmente o
● pleito (Art. 365)

2. Aprimoramento do processo de Reequilíbrio Contratual

- Sugestão de diminuição do prazo de 120 para 90 dias.
- Proposta de procedimento específico para outorgas municipais e estaduais.
- Pedido único de reajuste tributário em decorrência da instituição do IBS e CBS com aplicação de ajustes anuais.
- **Reajuste Tributário** = diferença positiva entre a **soma das alíquotas dos tributos atualmente incidentes** e as **alíquotas da CBS e do IBS** que passarão a incidir anualmente.
- Ajustes decorrentes da aplicação incorreta devem ser feitos a cada revisão ordinária ou extraordinária, o que ocorrer primeiro.
- Instauração de procedimento administrativo ao final do período de que tratam os arts. 125 a 133 do ADCT para verificar a existência de desequilíbrio econômico-financeiro no contrato.



abcon

sindcon